



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Segundo um estudo e investigação realizados, recentemente, por uma instituição de solidariedade social sobre os cuidadores de Macau, cerca de 80% dos cuidadores de deficientes entrevistados sofrem de depressão moderada ou de ansiedade e cerca de 60% têm de cuidar de deficientes mentais durante 40 a 101 horas por semana, e sentem-se muito cansados física e psicologicamente; é ainda de referir que mais de metade dos cuidadores entrevistados auferem rendimentos mensais inferiores a 4999 patacas, portanto, trata-se de famílias que se encontram numa situação económica extremamente precária.

Assim, face à pressão psicológica e económica que estes cuidadores enfrentam, o andamento da implementação do subsídio para cuidadores, por parte do Governo da RAEM, é muito lento e anormal. Em 29 de Maio de 2019, o Governo da RAEM anunciou publicamente que ainda não estavam amadurecidos os fundamentos nem tinha chegado o momento de se avançar com a atribuição de subsídios aos cuidadores em Macau, e que, portanto, era ainda necessário algum tempo para concluir a definição do regulamento respectivo. Posteriormente, o Governo da RAEM alterou a sua intenção, divulgou que ia lançar o programa piloto "Subsídio para cuidadores", no quarto trimestre de 2020, mas, até à data, ainda não foi divulgada qualquer notícia sobre os respectivos pormenores, o que deixa os cuidadores de Macau cada vez mais hesitantes, temendo que o subsídio não venha a ser implementado.

É de notar, particularmente, que o Governo da RAEM está atrasado no que respeita à assistência financeira, à prestação de "serviços de descanso" aos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

cuidadores, e que o apoio fornecido é inadequado para aliviar o stress que estes enfrentam. Os dados revelados no estudo e investigação referidos demonstram o peso dos encargos que os cuidadores de Macau estão a suportar. No dia 23 de Agosto de 2019, apresentei uma interpelação escrita ao Governo sobre o subsídio para cuidadores e os respectivos serviços de apoio, e é de lamentar que, na sua resposta, o Governo tenha afirmado que, por enquanto, não vai legislar sobre os serviços de apoio aos cuidadores. É de salientar que o apoio aos cuidadores não se limita à formação sobre as técnicas, na perspectiva dos cuidadores, há que disponibilizar serviços para o seu descanso, a fim de garantir a sua saúde física e mental, evitando que sofram de grande pressão psicológica, depressão e ansiedade. Por isso, é muito importante recorrer à via legislativa para regular sobre os serviços de apoio e de descanso que podem ser disponibilizados aos cuidadores.

Sendo assim, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente e em tempo útil, sobre o seguinte:

1. Em relação à situação referida no estudo e investigação citados, “cerca de 80% dos cuidadores de deficientes entrevistados sofrem de depressão ou ansiedade graves”. Na perspectiva dos cuidadores, o Governo da RAEM deve implementar mais serviços de apoio e de descanso para os cuidadores. Como é que vai fazê-lo? Por exemplo, em Taiwan, os cuidadores têm entre 14 a 21 dias de descanso anuais para aliviar a pressão psicológica que enfrentam. O Governo da RAEM vai implementar serviços semelhantes para evitar que mais cuidadores sofram de depressão e ansiedade?
2. O Governo da RAEM anunciou que ia lutar por lançar o programa piloto



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

"Subsídio para cuidadores" no quarto trimestre deste ano. Qual é o ponto de situação desse programa? Quando é que o Governo vai divulgar o programa?

3. Recentemente, o Governo anunciou que tinha recebido o relatório de um estudo realizado por uma terceira entidade sobre "as condições de vida dos idosos e a procura de cuidados a longo prazo na RAEM". Contudo, o público nada sabe sobre os pormenores desse estudo, aliás, o Governo da RAEM tem sido, ao longo destes anos, muito pouco transparente na divulgação de estudos e relatórios de consulta semelhantes. Como é que o Governo da RAEM vai divulgar o relatório desse estudo, com vista a garantir o direito à informação dos cidadãos? Vai divulgá-lo na sua página electrónica, para que os residentes possam apresentar as suas opiniões e sugestões sobre o mesmo?

9 de Outubro de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

José Maria Pereira Coutinho